



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018 -

Aos trinta do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

Faltou à presente sessão o membro municipal Armindo Cunha Marques, tendo apresentado a devida justificação, pelo que a Mesa deliberou justificar esta falta. -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Silva Miguel. -----

O deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho de Mendonça, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria de Fátima da Silva Selas. -----

O deputado municipal José Mário Machado Queirós, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria de Fátima Fraga. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença, à exceção da senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, a senhora deputada Maria Fernanda Lemos da Cunha, Segunda Secretária da Mesa, para desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia e a senhora deputada Joana Assunção Faria da Cunha Alegre para desempenhar as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Pelas dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que iria entregar um requerimento do CDS-PP à Mesa que passou a ler e que se transcreve: «Na qualidade de membro do CDS-PP, designado por esta Assembleia Municipal para integrar a Comissão para elaboração de uma Moção de Protesto contra o encerramento da Estação dos CTT em Mondim de Basto, venho solicitar junto de Vossa Exa. que me sejam fornecidas cópias de toda a correspondência devolvida pelas entidades a quem foram dirigidas a Moção de Protesto aprovada nesta Assembleia». Aproveitou para juntar uma fotografia da sinalização de Mondim em que se nota que ainda não foi retirada a sinalização dos CTT. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que no passado sábado se realizou uma Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave onde teve a oportunidade de questionar o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal se a CIM tinha tomado alguma diligência ou posição pública contra o encerramento do posto CTT em Mondim de Basto. Esta questão surge, por um lado e a título comparativo, pelo facto da CIM do Douro ter interposto uma providência cautelar no Tribunal que foi aceite, o que fez com que se tivesse impedido o encerramento do posto CTT naquele território, e por outro lado porque é também uma função da Comunidade Intermunicipal a defesa do território. Portanto, partindo da premissa que os serviços públicos são importantíssimos para o território, faria todo o sentido que houvesse uma tomada de posição por parte da CIM. Qual não é o seu espanto quando, em resposta à sua questão, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e também a secretária executiva afirmaram que era a primeira vez que estavam a ouvir o assunto. E é estranho porque, por um lado, é papel da CIM defender o território, e por outro lado porque o vice-presidente da CIM é também o Presidente da Câmara de Mondim de Basto. Portanto presume que o assunto não tenha sido importante o suficiente para o senhor Presidente da Câmara o ter levado ao Conselho Intermunicipal e daí uma não tomada de posição por parte deste órgão. Com a mesma frontalidade que aqui nesta Assembleia lhe deu os parabéns aquando da sua eleição, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pode deixar de dizer ao senhor Presidente da Câmara que a sua prestação o desiludiu e desiludiu também os mondinenses porque não viram desta forma o seu interesse ser defendido. O que está aqui em causa é a defesa dos serviços públicos do concelho e, com esta sua não atitude, vem de alguma forma comprovar que efetivamente não fez tudo o que esteve ao seu alcance para defender o posto dos CTT em Mondim de Basto. Aproveitou também a oportunidade para dar conta que a moção ou o voto de protesto que apresentaram à Assembleia Intermunicipal relativamente à falta de respostas e esclarecimentos do programa SI2E de incentivo à criação de emprego. Dizer que há quase um ano que estão cativos 2.000.000 Euros que não estão ao serviço das empresas, portanto o grupo intermunicipal do PSD apresentou um voto de protesto. Salientou que tinha aqui duas questões que gostava de ver respondidas por parte do senhor Presidente de Câmara. Estava previsto no orçamento de 2018 um custo com a revisão e atualização dos estudos técnicos para a segunda candidatura das Físgas de Ermelo a Património Natural da Humanidade da UNESCO. Gostava de saber qual é o ponto de situação desta candidatura. Foi também assinado por parte do município um contrato de empreitada para a instalação da cobertura das bancadas do campo do pombal com data de 15 de outubro de 2018. Ora, como todos saberão, nesta data as obras já estavam realizadas. Portanto, sendo uma situação no mínimo estranha, e talvez pouco rigorosa porque não se pode adjudicar uma obra que já esteja feita, questionou o senhor Presidente para dar a explicação sobre o cronograma desta adjudicação e se estamos perante um procedimento legal. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que o país anda num alvoroço por mais um péssimo motivo. É o caso da derrocada da estrada de Borba / Vila Viçosa. Este caso faz-nos refletir sobre a incúria e a responsabilidade que alastra por este país fora. Incúria e responsabilidade que resulta, infelizmente muitas vezes, em mortes de seres humanos. Incúria e responsabilidade que já estamos habituados a que morre sempre solteira. Tal como em Borba, em Mondim de Basto essa incúria e responsabilidade também cá existe. Cá, como lá, responsáveis locais da proteção civil fecham os olhos a situações de perigos desde há vários anos identificados. Cá, como lá, também temos uma estrada que aluiu parcialmente: trata-se da estrada de Ermelo / Fervença. Também cá, como lá, ninguém se preocupou com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nada desde 2014. Não basta colocarem umas fitas a marcar o local e virar as costas. Não basta dizer que mandaram fazer um estudo da situação. É preciso mais. É preciso ações que impeçam uma desgraça igual à de Borba. E a velha desculpa de que não há dinheiro também não serve. Já há provas de sobra de que existe dinheiro. É preciso saber geri-lo, o que infelizmente não está a acontecer. Para o CDS-PP, a reparação dessa estrada é urgente e impõe-se antes que algo muito grave possa acontecer. Não queremos ser, como Borba, notícia de abertura nos telejornais. Para terminar, referiu que queriam convidar o senhor Presidente da Assembleia e demais elementos a fazer uma visita ao local e deixou presente para a Mesa da Assembleia as fotografias do estado de conservação em que se encontra a atual estrada. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que numa assembleia passada foi colocada à votação a rotatividade destas assembleias e por fim, teria sido aprovada a visita à famosa Casa da Igreja. O CDS-PP não formalizou o pedido por escrito mas irá fazê-lo depois de acertar as datas e aproveitarão esse mesmo ofício para solicitar uma visita ao Museu Municipal porque este está fechado. O Museu foi inaugurado, há fotografias, pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Engenheiro Rui Barreiro, e agora está encerrado e ao abandono. Queria que o senhor Presidente da Câmara desse explicação do estado desse mesmo imóvel. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que antes de responder às questões colocadas gostaria de esclarecer uma situação que foi levantada na última Assembleia pelo senhor deputado Torcato de Moura, que considera relevante e que considerou grave pelo que pediu explicações aos serviços. O senhor deputado Torcato de Moura disse, e está na ata, pelo que passou a ler: «*O deputado municipal Torcato Jorge Mota Queirós de Moura usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara, pois tem uma filha que frequenta a Escola de Música, porque é que quando os pais pagam as cotas recebem uma carta de incumpridor. Foi informado pelos serviços da Câmara de que as cartas saem para toda a gente, para quem pagou e para quem não pagou*». Pediu aos serviços da Câmara que o informassem porque, estranhamente, tem a Câmara como muito bem gerida e achou a situação completamente anormal o terem dito que as cartas seguem para toda a gente. Referiu que tinha aqui a informação e aquilo que o senhor deputado disse era muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

grave, a informação dos serviços contradiz tudo aquilo que o senhor deputado disse. O que aconteceu foi que os serviços apenas seguem para as situações de incumprimento e não como o senhor deputado disse que eram enviados de forma automática para todos. O que aconteceu foi que a encarregada de educação recebeu o ofício a solicitar a regularização das mensalidades do seu educando e, quando a carta saiu da Câmara, a situação não estava regularizada. A carta, quando saiu da Câmara, o senhor deputado estava numa situação de incumprimento, e quando recebeu a carta entretanto já tinha pago. Mas a carta que é enviada termina com o seguinte: “agradecemos a sua atenção para este assunto e caso a situação já se encontre regularizada queira por favor considerar o presente sem efeito”. Aquilo que o senhor disse aqui é grave porque passou a imagem de incompetência dos serviços da Câmara, e não é verdade, e afinal quem está em falta é o senhor. E acrescentou o seguinte: incumprimentos, esquecimentos todos nós podemos ter, mas ter a desfaçatez de vir aqui apresentar uma questão sem primeiro se certificar considero absolutamente lamentável. Muitas vezes a pressa de dizer mal do executivo é tanta que muitas vezes damos um trambolhão e tropeçamos sobre os próprios argumentos. Fica claro que aquilo que o senhor deputado disse é completamente desmentido pelos serviços. Sobre a questão colocada pelo senhor deputado Bruno Ferreira, considera absolutamente abusiva a sua atitude e o que o senhor fez. Aquilo que o senhor fez foi um número político: chegou à Assembleia, fez uma intervenção, alguém lhe tirou uma fotografia enquanto falava e o senhor publicou no facebook e, acha, que de uma forma deselegante porque o senhor disse: «eu perguntei e responderam-me isto». As pessoas que lhe responderam nem sequer têm oportunidade de se defenderem. Acha que aquilo que o senhor deputado fez foi uma atitude de utilizar o seu cargo enquanto representante da Assembleia Municipal de Mondim na Assembleia da Comunidade Intermunicipal para dizer que está lá para defender os interesses do município, o que fez foi uma atitude de promoção pessoal e política da forma mais descarada e mais deselegante. Perguntou se o senhor deputado achava que o facto do Presidente da Câmara de Mondim ter posto essa questão na Assembleia Intermunicipal teria impedido o encerramento dos CTT? Referiu que não colocou esta questão na CIM porque achou que não era importante. Quanto à comparação que fez com a CIM do Douro Trás-os-Montes, convém não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

esquecer que da CIM do Ave, por enquanto, apenas um município é que é atingido pelo encerramento dos CTT, enquanto na CIM do Douro há seis municípios. A CIM do Douro e Trás-os-Montes fez a providência cautelar porque foi feita em conjunto, até para poupar dinheiro. Mas a pergunta é: se a questão tivesse sido colocada na CIM era impedido o encerramento dos CTT? Claro que não. Deu de seguida uma lista das ações levadas ao cabo pelo executivo: reunião com a administração dos CTT, audiência com todos os grupos parlamentares, carta ao senhor Presidente da República, aprovação de moções na Assembleia Municipal, aprovação de uma moção na Junta de Freguesia de São Cristóvão, carta à ANACOM. Ou seja, dizer que o encerramento dos CTT é um encerramento consentido é uma mentira. Aconselhou o senhor deputado a ter alguma calma e referiu que aquilo que o senhor deputado disse sobre as providências cautelares não é verdade. O senhor não se informou juridicamente. O facto de uma providência cautelar ter sido aceite, não foi considerada procedente, são duas coisas diferentes. O que o Tribunal fez foi aceitar a providência cautelar mas não deu razão aos municípios, suspendeu a decisão. Se daqui a alguns meses algumas dessas providências cautelares tiverem o efeito prático de impedir o encerramento, então vamos discutir aqui a questão. E isso é bom para Mondim. Agora fazer aqui uma jogada política de achar que o Presidente da Câmara de Mondim de Basto, que é também vice-presidente da CIM, não ter levado a questão à CIM, que isso é um crime de lesar o município, acha isso abusivo e uma incompetência política. Se a Câmara Municipal entender fazer uma providência cautelar não precisa da Comunidade Intermunicipal. Mas também colocou uma pergunta ao senhor deputado Bruno Ferreira: todos os encerramentos dos CTT resultaram de uma privatização que foi feita no seu Governo: onde é que o senhor deputado estava nessa altura? Na Troika estava prevista a privatização e o seu Governo foi para além da Troika e privatizou os 100% da empresa. Na altura o que é que o senhor escreveu sobre isto? Nada. O que é que o seu partido escreveu sobre isto? Nada. Quando saiu a distribuição postal de Mondim para Celorico, o que é que o senhor deputado escreveu? Nada. Portanto vir aqui, de uma forma profundamente mentirosa e completamente desfasada da realidade, acusar a Câmara Municipal de Mondim, que é a que menos culpa tem neste processo, é querer perpetuar uma mentira e não vai contribuir mais para isto. A última carta que o executivo enviou foi no dia 21 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

novembro de 2018 em que solicita à Administração dos CTT, e com conhecimento à ANACOM, se o serviço que está a ser prestado não numa loja oficial mas num parceiro comercial está ou não de acordo com a expectativa das pessoas e se está ou não a cumprir os critérios que a ANACOM exige. A Câmara vai acompanhar este processo e se o tribunal decidir favoravelmente sobre as providências cautelares de alguns municípios nós estamos cá também. Está um bocado farto desta discussão do encerramento dos CTT. Aqui dentro ninguém lhe dá lições de defesa do município. Sobre o SI2E, referiu que há atrasos que resultam da análise da Comunidade Intermunicipal. Sobre a candidatura das Físgas e o contrato de empreitada do futebol o senhor deputado deverá solicitar por escrito e depois dará a resposta e irá consultar naturalmente os serviços da Câmara. Sobre as questões levantadas pela senhora deputada Ângela Figueiras, irá dar a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota mas deve dizer que o seu discurso é de uma arrogância e de um moralismo dispensável. Até parece que aquilo a que o país assistiu se estreitou só nos governos do Partido Socialista. A vossa líder da oposição, quando estava lá, a estrada de Borba tinha um quilómetro para cada lado. Vieram os socialistas e aquilo ficou com cinquenta metros. A estrada de Borba tem dezenas de anos e problemas do vosso Governo que nunca atuou. A senhora deputada apresentou um problema com uma arrogância, arrogância essa aliás que deriva do vosso partido e que é absolutamente irritante. De seguida deu a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para responder à comparação que foi feita entre o que aconteceu em Borba e a estrada da Fervença. Acrescentou que, a exemplo daquilo que já foi dito pelo senhor Presidente, que é uma iniciativa por parte do CDS com a qual tem dificuldade em acompanhar. É verdade que não aconteceu só aqui em Mondim, aconteceu um pouco por todo o país, por parte dos mais diferentes partidos sobre o incidente de Borba de uma forma que considera abusiva, populista, demagógica e que desrespeita aquilo que foi a tragédia que aconteceu em Borba. Um aproveitamento político do mais baixo que existe. A ser verdade o que a senhora deputada diz, e acreditando que dispõe de informação para traçar um paralelo, a pergunta que lhe faria era: onde é que vocês andavam desde 2014 até ao que aconteceu em Borba? Pensa que está desculpada porque não estava na Assembleia? Então



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

significa que porque não estava na Assembleia aquela estrada não era um perigo e passou a ser um perigo quando a senhora entrou na Assembleia. Muito bem, ficamos esclarecidos. Esta estrada só passou a ser um perigo depois do que aconteceu em Borba. É um aproveitar-se de uma tragédia da forma mais populista e demagógica. Não vai por essa abordagem e aconselhá-los-ia, se calhar, se quiserem abordar este assunto de uma forma mais séria, a ir por uma abordagem como, por exemplo, o Presidente da Câmara de Viseu e Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios que aproveitou o momento para fazer uma abordagem muito séria dizendo onde é que as câmaras vão buscar recursos para manter a segurança e a manutenção da rede viária, que é uma questão que já tem vindo a ser levantada há muito tempo. Mondim não é diferente, e garante que vai ser um problema sério encontrar recursos para manter as redes viárias em condições e em segurança mas como um todo. Agora aproveitar-se deste problema, traçar esta comparação, admitindo que vocês têm informação para o fazer, é demagogia. Encerrou da seguinte forma: às vezes até parece que vocês querem que aconteça alguma tragédia. -----

O senhor Vereador Fernando Carvalho Gomes pediu o uso da palavra para responder ao senhor Vereador Paulo Mota onde é que estava em 2014. -----

O senhor Presidente da Câmara não autorizou. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para, em primeiro lugar, desafiar o senhor Presidente para dizer aqui nesta Assembleia que intervenção de forma mentirosa é que fez há pouco porque, não o conseguindo demonstrar, exige no mínimo um pedido de desculpa. Como o senhor Presidente disse, e bem, nós fomos eleitos para representar esta Assembleia e por conseguinte a população. E foi isso que o fez, ao contrário do que aparentemente o senhor Presidente não fez. Usou como exemplo uma CIM, que através do envio da providência cautelar fez que, pelo menos até ao momento, os CTI não tivessem encerrado. E isto é um facto. Lembrou também que o senhor Presidente da Câmara, que foi aqui designado, nesta Assembleia, representante máximo dos munícipes, delegaram em si a defesa deste serviço do município e portanto, mais do que estar a questionar o que é que cada um de nós fez, foi delegado em si enquanto representante máximo essa defesa. Portanto, incompetência política é não desempenharmos a nossa função de acordo com aquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que é a exigência e não a acusação que o senhor Presidente da Câmara acabou por fazer. A verdade é que foi na defesa dos interesses do concelho que fez a intervenção, usando como exemplo uma ação realizada por uma CIM, tal como o local onde estava a fazer a intervenção. E o senhor Presidente acaba até por ser contraditório na sua própria explicação porque, por um lado, a CIM do Douro conseguiu remeter a providência cautelar porque reduziu custos e porque tinha efeito escala, e, por outro lado, não olha para a CIM do Ave que podia ter usado esse mesmo efeito escala e ter realizado essa mesma ação. E se é só um concelho que tem essa dificuldade na CIM onde é que está a coesão e a solidariedade dentro da CIM? Não deveria ser também esse um dos fatores preponderantes para a sua existência? E aí o senhor Presidente tem responsabilidade porque é Vice-Presidente da CIM. Relativamente à outra questão que lhe colocou, referiu que a empreitada foi assinada pelo senhor Presidente da Câmara e não foi assim há tanto tempo, foi no dia 15 de outubro e o senhor Presidente certamente saberia que a obra já estava realizada quando assinou a empreitada. Estamos a falar de um ajuste que custou 18.000 Euros mais IVA portanto não é uma verba qualquer. Certamente que o senhor Presidente se lembra e será do conhecimento comum que à data a obra já estava realizada. Portanto pede ao senhor Presidente, que foi quem assinou o contrato, uma explicação sobre este assunto. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que de incumprimentos percebe ele e acha que é uma falta de educação da parte do senhor Presidente, a si, nesta Assembleia, lhe chamar de incumpridor. O que sai da Câmara é uma carta tipo a ameaçar as pessoas e foi isso que quis alertar aqui nesta Assembleia, porque trabalha todos os dias com incumpridores e nunca teve uma reação sequer mínima que se parecesse com aquilo que o senhor Presidente transcreveu e fez parecer a esta Assembleia. Queria também aqui dizer que aquilo que aconteceu em Borba, o CDS-PP não quer que aconteça em Mondim de Basto. Estão é a acautelar esta Assembleia e estes deputados para que não aconteça em Mondim porque o responsável, em primeiro lugar, é o Presidente da Câmara e neste caso em concreto até foram buscar atas de 4 e 5 anos atrás a mostrar a responsabilidade do que aconteceu em Borba. Não foi porque ela estreitou, alargou ou diminuiu. Eles alertaram e atempadamente, não foi é feito nada como está a acontecer aqui. É isso que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

queremos aqui nesta Assembleia: alertar e precaver as pessoas para que não aconteça nada. Está desde 2014, e como o Vereador do CDS disse, e o senhor não deixou falar porque ele tem algumas verdades para dizer. Referiu que também não estava cá em 2014 e era bom que o senhor Presidente deixasse falar o senhor Vereador pois aí saberíamos o que temos aqui em mãos. Nós estamos a alertar, não queremos que aconteça para não sermos responsabilizados. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não comentava este discurso moralista de uma espécie de abutres políticos. Acha lamentável este tipo de discurso. Queria só responder ao senhor deputado Bruno Ferreira que mentira é o contrário, é faltar à verdade, e o senhor deputado de forma sistemática, aqui e na sua comunicação escrita, acusa o Presidente da Câmara de uma insinuação, constantemente insinua que foi um encerramento consentido e não lhe admite isso. O senhor deputado não tem provas como isso aconteceu e, portanto, continuar constantemente a dizer que o encerramento dos CTT foi consentido pela Câmara Municipal é mentira. Não foi um encerramento consentido e não vale a pena ao senhor deputado insistir nessa mentira pois prova-lhe com todas as ações que a Câmara tomou para evitar o encerramento dos CTT. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para reforçar a questão que colocou sobre o contrato que foi assinado depois de a obra ter sido concluída ao senhor Presidente da Câmara pois gostava de uma explicação aqui perante esta Assembleia. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o senhor deputado deverá solicitar essa informação por escrito e ser-lhe-á dada por escrito. Não tinha essas informações de cabeça. Pede por escrito, ser-lhe-ão dadas por escrito. É esse o procedimento normal, não é outro. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que à falta de melhores argumentos o senhor Presidente responde com conceitos como arrogantes, demagógicos, populistas, abutres. Não sabe mais o que é que lhe diga mas se o senhor Presidente tiver aí mais algum adjetivo pode começar a sacá-los pois já estamos por tudo. De arrogâncias relata a história e começa a perceber qual é a postura que o senhor Presidente adota em algumas circunstâncias. Mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

passemos à frente porque realmente não sabe classificar este tipo de posição de um Presidente de Câmara perante deputados, que são legitimamente eleitos e que vêm aqui colocar questões, mais nada, e alertar para algumas situações. O senhor Presidente opta por esse tipo de postura, não lhe pode fazer nada a não ser acatar. Passando à frente e falando sobre o evento que a Câmara promoveu no passado dia 6 de outubro sobre o despovoamento e o desenvolvimento, deu os parabéns ao senhor Presidente porque efetivamente acha que já era hora de Mondim refletir sobre este tema e, conforme se pode ler no comunicado de imprensa lançado pela Câmara Municipal, este seminário promoveu o encontro entre vários especialistas e autarcas convidados que, entre outras falhas, apontaram uma falta de cooperação entre os municípios do interior norte do país como um dos principais fatores que inibem o desenvolvimento destas regiões. Ora esta afirmação só corroborou aquilo o CDS-PP há um ano defende nesta Assembleia, que a cooperação com os municípios limítrofes é fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia regional, um fator fundamental para ganhar escala e potenciar o aparecimento de instituições de suporte à capacitação não só do concelho mas do território. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara não considera que a nossa posição geográfica, ao contrário do que sempre se tem vindo a defender, poderá estar agora a nosso favor, sendo um ponto forte no desenvolvimento de uma estratégia concertada com os municípios vizinhos? Mondim de Basto está centrado geograficamente no coração do norte de Portugal. Estamos a aproximadamente quarenta e cinco minutos da segunda maior área metropolitana do país, o Porto. Fazemos fronteira com um dos polos geográficos mais internacionalizados ao nível do aproveitamento dos recursos endógenos, o Douro. Estamos a uma hora aproximadamente da fronteira galega. O senhor Presidente refere muitas vezes esse sentido de oportunidade para fazer candidaturas isoladas para o município. Não nos opomos, não contrariamos, concordamos, contudo perguntamos se ainda não lhe surgiu o sentido de oportunidade em puxar por candidaturas transversais ao território em prol de uma estratégia conjunta na utilização de fundos comunitários para o desenvolvimento territorial. Não será que, adotando este caminho, Mondim não voltaria a recuperar o papel central que outrora já teve no desenvolvimento do território das terras de basto, voltando a ser uma referência? Quando, num debate como este, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

senhor Presidente salienta, e citou: «Os municípios têm obrigação de assentar as suas políticas e pensar no bem-estar dos habitantes apostando na cultura, na mobilidade, no apoio social aos idosos como sendo um dos fatores mais importantes dado que a população idosa está a aumentar. Apostar também nos cuidados primários da saúde e das novas tecnologias como forma de combate ao isolamento». O senhor Presidente é assertivo nas palavras: esta é uma obrigação. O que define a essência de uma estratégia e que estará para além da sua obrigação e isso o anterior executivo conseguiu fazê-lo bem, que foi criar e capacitar o concelho com infraestruturas de apoio e que o senhor Presidente teve o prazer de inaugurar a seguir, o problema, e foram os seus convidados que disseram, está na falta de um tecido económico atrativo e em Mondim passa por algumas amostras evidentes. Hoje, recordemos o fecho dos CTT. Recordou-lhe também que temos andado um pouco à sombra desta situação do potencial encerramento de balcão da Caixa geral de Depósitos. E falou no comércio local que neste momento tem um dinamismo fraco. A autarquia tem vindo a assumir o principal papel de agente económico do concelho, não como agente ativo nas mudanças necessárias, mas substituindo-se muitas vezes às empresas. E é aqui que surge a linha que separa aquela sua obrigatoriedade do bem-estar das populações e aquela que deve ser a estratégia de um município. Uma estratégia que será a favor ou não de fixar para as pessoas residirem ou para as pessoas consumirem. É certo que o legado social é pesado. E terminando esta sua intervenção colocou-lhe algumas questões relativamente ao papel que este executivo tem vindo a adotar no desenvolvimento do concelho, pegando naquelas que foram as conclusões tiradas deste seminário. Ao longo destes dez anos de liderança, o executivo socialista planeou para um desenvolvimento micro, fechado, ou para um desenvolvimento macro de um território? Quais os fatores que teve em consideração na delinação da sua estratégia? E, se muito já se especulou sobre o futuro destes territórios de baixa densidade, falando-se em necessidades de fatores de atração económica, perguntou-lhe sobre a sua perspetiva de onde estará Mondim de Basto daqui a dez anos considerando a sua atual estratégia e o legado que certamente irá deixar para aqueles que lhe possam dar continuidade. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra pra dizer que não podia deixar passar sem perguntar ao senhor Vereador Paulo Mota



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

quais foram as conclusões do Salto da Graça, se é para repetir, porque deu-lhe os parabéns e continua a dar, é uma iniciativa de louvar mas é necessário tirar conclusões. É do conhecimento público que foi mais um passo para a desgraça porque acha que não se deve repetir nos moldes que se pretendeu fazer. Tem de se dotar o município de pessoas capazes, ligadas ao turismo, e de infraestruturas capazes para acolher os turistas. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que estes senhores que dizem defender Mondim não fazem outra coisa senão dizer mal de Mondim. Elogiam o Salto da Graça e a seguir já é uma desgraça. Isto é de um radicalismo, de uma falta de bom senso, não consegue perceber. A senhora deputada Ângela Figueiras veio aqui dar uma aula e diz que chega daqui ao Porto em quarenta e cinco minutos, deve estar a contar com a variante, aquela que vocês diziam que não vinha. Para concretizar aquele discurso todo que a senhora deputada leu, pediu para a senhor deputada ir ali ao micro e dizer o que é que são candidaturas transversais do território e dizer uma medida que a Câmara de Mondim podia ter tomado e não tomou. Está curioso. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que o senhor deputado Bruno Ferreira tinha perguntado pela candidatura das Fiskas de Ermelo e o senhor Presidente da Câmara insistiu em não dar uma resposta, remete para a gente colocar por escrito e depois aparecem cartas, como aquela que recebemos, que os resultados escritos estão nas atas. Uma candidatura transversal poderia ser justamente aquela que o CDS-PP anda a defender há algum tempo, que é uma candidatura ao geoparque, em que Mondim podia, eventualmente, tutelar essa candidatura. Não está completamente descabido. Outra questão: o Parque Natural do Alvão. Nós andamos há uns tempos a falar dos fornos da cal de Campanhó. Poderia ser uma candidatura perfeitamente enquadrável num quadro comunitário que prevê a preservação do património cultural entre o concelho de Mondim de Basto e o concelho de Vila Real. O senhor Presidente poderia liderar essa candidatura. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que afinal as candidaturas que iriam resolver todos os problemas passam por uma candidatura a um geoparque. Ficamos esclarecidos! -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 28 de setembro de 2018 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 28 de setembro de 2018 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Revisão Orçamental da Receita nº2 -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que esta alteração vem dar razão ao alerta do PSD aquando da votação do orçamento de 2018. Acusaram, na altura, que estavam a assistir uma vez mais a uma previsão do exercício municipal de pura gestão corrente, incapaz de inovar e de dinamizar o concelho. Dizia o PSD na altura que dos treze projetos apresentados com possibilidade de financiamento apenas dois tinham financiamento assegurado. Um deles era a requalificação da Escola Básica e Secundária, que já transitava do orçamento de 2017 e que pelos vistos transita agora para 2019. Com esta revisão estamos perante o adiar de projetos e atividades previstos para 2018 que não serão realizados para o ano para o qual foram projetados. Esta proposta é a confirmação da incapacidade de planificar e executar o orçamento que por si só já era pouco ambicioso. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o que se passa é uma questão muito simples, não é preciso um discurso tão inflamado. A receita que estava inscrita no orçamento, por razões várias, essa receita não foi executada. Falou na Escola mas poderia ter falado na Casa da Cultura, na Eficiência Energética da Habitação Social. A verba não foi utilizada pelo que passa para o ano seguinte. Qual é a dificuldade? Todas as obras têm estes problemas e portanto vir aqui fazer esse discurso com algumas considerações sobre incapacidade, quando incapacidade teve o seu partido que gerou a Câmara até 2009 e deixou 20.000.000 de Euros de dívida. Se comparasse o seu partido que deixou 20.000.000 de dívida com este executivo que tem neste momento 6.000.000 de dívida, se formos falar em incapacidade vamos ver quem é que é incapaz de gerir. Nós somos capazes ao ponto de termos uma gestão rigorosa e termos chegado a este ponto. Isto não é absolutamente nada de preocupante, o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deputado deturpou isto. É apenas uma questão de orçamento, de receita que estava prevista e que passa para o ano seguinte. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que sobre o discurso da deturpação de palavras o senhor Presidente tem de começar a ser mais específico porque a verdade é que a receita passa para os anos seguinte mas a execução das obras também. E foi isso que aqui referiu, portanto crê que não disse nada de anormal para as suas insinuações. A verdade é que este conjunto de obras vão passar para o ano seguinte quando estava previsto serem executadas durante o ano de 2018. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que uma das obras não passou para o ano seguinte, está a ser executada. Sobre a escola, toda a gente aqui sabe por que razão não foi possível ainda iniciar as obras. Não vai repetir e é por essa razão e não outra. Não vale pena tentar deturpar e deturpar foi o senhor deputado que o fez quando considerou, de forma deselegante, incapaz o executivo. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Revisão Orçamental da Receita nº2**, que foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor e seis abstenções. -----

2.3- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para iniciar a discussão deste documento com algumas questões bastante específicas e até um pouco técnicas. Há uma discrepância relevante entre a tabela de despesas previstas na comparticipação dos projetos financiados para 2019 em comparação com os mesmos projetos que estavam referenciados para 2018. São exemplo a Bienal do Granito, os encontros empresariais, assim como o projeto Mercadinho Rural e fiscalização de eficiência energética da habitação social, onde a despesa aumentou consideravelmente. Solicitou um esclarecimento sobre esta variação de um ano para o outro sendo os projetos os mesmos. Ao nível da receita, questionou a que se deve a rubrica OE2019, artigo 35º, no valor de cerca de 400.000 Euros. Questionou também porque é que o acordo de colaboração com o Ministério da Educação para a requalificação da escola sofreu um corte de 50%. A que é que se deve este corte? Ao nível da despesa, questionou o que justifica o aumento de cerca de 50% da rubrica de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Questionou também porque é que a rubrica Casa Mortuária de Mondim de Basto sofreu um corte de mais de 650.000 Euros. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que as suas questões eram mais concretas. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que é que entendia pela classificação da Noite de Romeiros a nível de projeto, pois desconhece o que é que inclui este projeto. Perguntou porque é que desapareceu das candidaturas a classificação das Físgas de Ermelo, mais uma vez, porque é que desapareceu destes mapas. E no orçamento também há uma questão que é porque é que o senhor continua sem apresentar uma linha de capacitação para as empresas existentes no concelho, o que acha que já era hora. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que há duas questões técnicas que o senhor deputado Bruno Ferreira, pelo que iria pedir depois a ajuda da Dra. Susana Mota. Sobre o acordo de colaboração com o Ministério da Educação parece-lhe que não há corte nenhum. O que há é que a verba será distribuída por 2019 e 2020. Se a obra for feita em 2 anos não há nenhum corte. A verba não foi usada em 2018, os serviços, e bem, solicitaram a verba a transferir para 2019 e como muito provavelmente não há condições de fazer a obra toda em 2019, tem que haver uma repartição. Sobre a capela mortuária, 650.000 Euros é impossível. A capela mortuária custará no máximo 100.000 Euros. Portanto esse valor é erro de certeza do orçamento pois nunca nos passou pela cabeça de fazer uma capela mortuária que custe 650.000 Euros. Isso aí não lhe consigo responder porque ou há uma grelha do orçamento ou há uma grelha sua. Sobre as respostas à senhora deputada, sobre a Noite dos Romeiros, tem alguma dificuldade em ligar a noite dos romeiros ao orçamento, mas o senhor Vereador Paulo Mota poderá explicar mais à frente. Sobre a candidatura das Físgas, há um contrato e o contrato foi cumprido e executado em 2018. Quando o contrato é cumprido e pago, esse valor não tem de passar para o ano seguinte. Isso é eficiência, rigor e boa gestão que é uma coisa em que este executivo dá cartas. Sobre a linha de capacitação das empresas perguntou se a senhora deputada conhecia o Mondim Coopera. A Câmara e o Núcleo Empresarial têm 480.000 Euros e existe uma candidatura que está a ser executada. Já se realizaram vários encontros empresariais para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

capacitação dos empresários. Já existe essa iniciativa no município. Temos também uma candidatura para o Mercadinho Rural que foi aprovada há pouco tempo e que será também executada. Sobre isso nós temos trabalho feito. De seguida o senhor Presidente da Câmara pediu à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira alguns esclarecimentos técnicos para poder responder ao senhor deputado Bruno Ferreira. De seguida, explicou que, relativamente à Casa Mortuária, está apenas uma verba de 100 Euros, também não se vai fazer com 100 Euros. No documento está um valor de 2.410 Euros que são para o projeto. Sobre a questão da discrepância relevante entre a tabela de despesas previstas na comparticipação dos projetos financiados para 2019 em comparação com os mesmos projetos que estavam referenciados para 2018, referiu que era uma rubrica nova que resulta da aplicação da Lei das Finanças Locais. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que relativamente aos quadros que aparecem das candidaturas, essa informação é apresentada tendo em conta candidaturas submetidas e, muitas das vezes, depois candidaturas aprovadas. No momento em que elas são aprovadas, pode ser essa a diferença, podem vir com despesas que lhe foram consideradas elegíveis, pelo que esses valores vão variando. Eles só fixam quando a candidatura é aprovada. Quanto à questão levantada sobre os romeiros, esta medida da Noite dos Romeiros, até vem ao encontro daquilo que a senhora deputada Ângela estava a falar há bocadinho, Mondim também está integrado em candidaturas multimunicipais, e neste caso até é uma candidatura de um consórcio de CIM's. No âmbito desta candidatura de eficiência coletiva PROVER, uma das ações desta candidatura, entre outras, considerou a possibilidade de cada município classificar uma manifestação cultural e no caso do município de Mondim escolhemos a Noite dos Romeiros para avançar com a classificação. Portanto todos os municípios que participam na PROVER, entre outras ações, e estamos a falar de um projeto que ascende a valores próximos dos 10.000.000 Euros, nós optamos por despoletar esta manifestação cultural que é a Noite dos Romeiros. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que depois da solicitação de algumas questões mais técnicas iria fazer agora uma análise mais global. O PSD iniciou a sua participação no orçamento e plano plurianual para 2019 com uma reunião com o Executivo onde deu o seu contributo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apresentação de algumas propostas. Cedo afirmaram que o sentido de voto iria depender da análise do documento final e da inclusão das suas propostas com a respetiva cabimentação. Corremos o risco de ser acusados de apresentar propostas pouco ambiciosas pois procurávamos ser prudentes e realistas nas medidas apresentadas. No entanto, e pela análise do orçamento, aquilo que poderia ser um pouco ambicioso foi afinal ambição a mais. O executivo socialista não acolheu o nosso contributo nem apresentou outras medidas compensatórias ou complementares que pudessem dar resposta a alguns problemas por nós identificados. Após análise do documento verificamos que o concelho Mondim de Basto ficou parado no caminho. O plano de atividades não apresenta uma única medida nova em comparação com o ano anterior. Vimos apenas um novo projeto financiado e os projetos de financiamento próprio são maioritariamente os mesmos do ano anterior e também eles não possuem na sua totalidade cabimentação financeira. Vejamos alguns projetos destacados no documento pelo próprio executivo: instalação de equipamentos de tratamento de água no Covelo – no orçamento 100 Euros; beneficiação e fusão do sistema na Freguesia do Bilhó - orçamento de 100 Euros; ampliação do cemitério Municipal segunda fase – orçamento 100 euros; construção da Pista de downhill - orçamento 100 Euros; medidas de segurança passiva da Eta - orçamento 100 Euros; Reabilitação de habitação social - orçamento 100 Euros. Além destes que são destacados pelo próprio executivo no documento, podemos ainda ver alguns exemplos de medidas no orçamento: Casa Mortuária - 100 Euros; valorização do Castro Castroeiro 200 Euros; valorização das quedas do Rio Cabrão - orçamento 200 Euros; Loteamento da Tapada da Telha - 3700 Euros; dinamização e enriquecimento dos Centros de Convívio – 100 Euros; Construção da nova variante de Pardelhas ao Velão – orçamento 100 Euros. Efetivamente e infelizmente, com este executivo, Mondim parou no caminho. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o senhor deputado Bruno Ferreira fez este discurso e esta intervenção de uma forma demagógica porque o que diz no orçamento é que estas rubricas têm 100 Euros, o que acontece em muito lado, pois estão dependentes de um aumento de receita que será, por exemplo, o reforço do saldo deste ano. Todas essas rubricas estão inscritas no orçamento e serão depois dotadas com verbas para ser executadas. O que o senhor não disse é que este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

orçamento é o maior orçamento deste executivo desde que está na câmara - 13 milhões de Euros. E o senhor não disse por exemplo que no plano estão inscritos mais de 15 projetos de investimento com a participação de fundos comunitários que totalizam 9 milhões e cem mil Euros. Por exemplo a requalificação da escola, o alargamento da rede de saneamento básico, a reabilitação da Casa da Cultura, a reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo, a melhoria das condições da prática de parapente e a casa das Memórias de Ermelo, investimentos na área do Turismo, isso o senhor deputado não disse. Tentou ridicularizar os 100 Euros, criar aqui um número, e isto passou-lhe ao lado. Os passeios estão a ser feitos. Não é obra? A reabilitação da Casa da Cultura, não é obra? A ligação a Celorico, não é obra? As rubricas têm 100 Euros porque a Câmara não tem dinheiro. O orçamento tem que ter rigor e equilíbrio. Demos prioridade a umas obras que têm as candidaturas aprovadas que já estão em execução. Mondim está parado com as obras todas que se estão a fazer? E estão algumas rubricas com 100 Euros que estão a aguardar a aprovação das candidaturas. Quando as candidaturas forem aprovadas serão executadas. O senhor não disse, por exemplo, que se está a fazer a pavimentação da estrada para Atei, está a pista downhill, está o centro de recolha oficial para animais. Não disse por exemplo que o orçamento tem o funcionamento da escola municipal de música, o transporte dos alunos, os cheques escolares para os alunos do primeiro ciclo e a compra dos livros e material escolar, o apoio às crianças até aos 3 anos de idade, o apoio à aquisição de medicamentos, as festas do concelho, a feira da terra, a feira de ano, a etapa da volta a Portugal em bicicleta, o rally de Portugal, o apoio aos clubes de futebol, o apoio às associações do concelho, etc... E também não referiu o apoio aos empresários do concelho através do Mondim Coopera ou aos agricultores através da melhoria do Mercadinho Rural. Ou seja aquilo que o senhor fez ali foi um número, o senhor agora especializou-se em fazer números políticos. Quando a Câmara tiver dinheiro, tiver uma receita, garanto-lhe que aquelas rubricas com 100 euros vão passar para o valor que vai permitir a execução das obras. Portanto vir aqui falar dessa forma dá a ideia que este orçamento não existe. Como é que o senhor deputado diz que Mondim está parado se o orçamento aumentou e vai ter mais investimento? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente que bastava retirar a obra de reabilitação da escola, que já vem do orçamento de 2017, e este deixava de ser maior o orçamento de sempre. É que estamos a contabilizar 2.400.000 Euros há três anos enquanto investimento e até agora não se conhece um metro de obra realizada. Isto também tem que se dizer. Acrescentou que alguns dos projetos que evidenciou com cabimentação de 100 Euros também já estiveram presentes no orçamento do ano passado em 2018. O que é que lhe garante, depois deste exemplo, que estas obras vão ser realizadas? A verdade é que a maior parte das obras que são apresentadas de financiamento próprio já constavam no orçamento anterior. Era bom que o senhor Presidente conseguisse executar estas obras e apenas se limitou a constatar um facto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que sobre a questão da escola o senhor deputado sabe porque é que a escola ainda não entrou em obras. Se a Câmara tem um investimento aprovado, com financiamento de 2.500.000 Euros, se lançou três concursos e ficaram desertos, é claro que vai insistir no próximo ano. A escola está em 2019 porque não conseguimos executar a obra. A Casa da Cultura será na próxima semana lançado o concurso. O saneamento básico no início de janeiro será lançado o concurso no valor de 3.500.000 Euros. Sobre a escola, a Câmara já fez uma nova candidatura, quando a candidatura for aprovada, será submetida a concurso, esperando que desta vez o concurso não fique deserto, e a obra será executada. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para agradecer ao senhor Vereador Paulo Mota os esclarecimentos relativamente às opções do orçamento. Concluiu que se trata de uma candidatura intermunicipal para a classificação da Noite dos Romeiros em que Mondim participa nesta candidatura. Relativamente à questão do Mondim Coopera, perguntou ao Senhor Presidente, quando fala em capacitação, se fala em capacitação financeira ou capacitação de orientação em projetos? -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que, quanto sabe, a capacitação financeira das empresas é feita pelos bancos, não é pelas Câmaras Municipais. A Câmara faz a capacitação dos agentes económicos do território. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente recorreu aos seus colegas partidários e outros presidentes de câmara para justificar a questão da desertificação, recorrendo ela ao seu colega Presidente de Câmara de Cabeceiras de Basto que ainda recentemente lançou uma medida de apoio à iniciativa empresarial nas áreas agrícola, pecuária e florestal, em que capacitou as empresas do município com 1000 Euros para cada início ou reinício de atividade, ao abrigo do regulamento municipal de apoio à iniciativa empresarial e económica das áreas agrícolas. Acha que nós não dizemos só mal, nós gostamos de ir buscar bons exemplos e boas práticas. Esta é uma. E aqui ao lado. Relativamente à questão do Mercadinho Rural, há anos que o CDS-PP tem vindo a defender a recuperação do mercado municipal. Referiu outro exemplo de Arruda dos Vinhos, concelho bastante semelhante ao de Mondim de Basto, que no âmbito do programa de desenvolvimento rural de 2014/2020, apresentou uma candidatura de requalificação do Mercado Municipal, adaptando o mercadinho da Arruda, que é uma iniciativa semelhante àquela que temos do Mercadinho Rural, pretendendo dotar aquele espaço de um conjunto de novas valências, apostando em novas metodologias de marketing e comunicação, valorização dos produtos e marcas, e modernização e adaptação aos hábitos dos consumos atuais. Este projeto é um projeto no valor de 200.000 Euros, apoiado em financiamento a 50%, prevendo-se que a sua conclusão possa ocorrer até ao final do ano 2019. Isto é uma notícia recente, de um concelho semelhante ao nosso, que apresenta o Mercado Municipal como a criação de um espaço de enoteca, onde os produtores de vinho de Arruda dos Vinhos podem promover diariamente os seus produtos. Considera que o Mercadinho Rural é um projeto extremamente interessante mas se calhar poderia partir-se para esta candidatura da recuperação do mercado municipal. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que sobre a questão do mercado, a Câmara tem neste momento disponível 1.1000.000 para o Plano de Reabilitação e Ação Urbana e esse dinheiro vai ser investido na casa da cultura. Significa que a Câmara neste momento para recuperar o mercado tem que o fazer com o orçamento da Câmara e não tem dinheiro. A Câmara não faz a recuperação do mercado por incapacidade, é por falta de dinheiro. Quando a Câmara tiver disponibilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

financeira a Câmara recupera o mercado, agora não pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo. A Câmara fez o projeto do Mercadinho Rural, 107.000 Euros, o aproveitamento de uma candidatura comunitária. A questão do mercado está adiada naturalmente por falta de disponibilidade financeira não é por falta de ideias. Os de Arruda dos Vinhos não são mais inteligentes que os de Mondim. A senhora deputada deu o exemplo de Cabeceiras de Basto e, por todo o respeito que tem pelo seu colega, é empresas a surgir por todo o lado com esses 1000 Euros! Essa comparação com outros municípios é o estar constantemente a dizer mal da sua terra. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que de facto tinha muita pena por não ter sido sua aluna porque teria aprendido algumas coisinhas em termos de adjetivação e de comparação de projetos. Referiu que o senhor Presidente trás aqui quatro presidentes de câmara para dar exemplos de que todo o interior sofre de desertificação. Um deputado trás um exemplo de uma coisa que se faz bem no concelho vizinho e o senhor Presidente acha que se está aqui a fazer uma peça de teatro. Desconhece qual é o seu termo de comparação. O que sabe é que de facto eles conseguem fazer melhor. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019** que foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para fazer a declaração de voto do PSD que se transcreve: «O PSD abordou uma vez mais o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos com a maior responsabilidade e seriedade. Mesmo não sendo ainda o orçamento do PSD, apresentamos durante o período de elaboração do documento um conjunto de propostas válidas e importantes para o concelho e para os Mondinenses, nomeadamente nas áreas do emprego, habitação, saúde, empreendedorismo, desporto, juventude, economia, acessibilidades, educação e redução de impostos. O executivo socialista não acolheu o nosso contributo nem apresentou outras medidas compensatórias ou complementares que pudessem dar resposta aos problemas identificados. O plano de atividades não apresenta uma única medida nova ou diferente do ano anterior, Os projetos não financiados são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

maioritariamente os mesmos do ano anterior e não possuem na sua totalidade cabimentação financeira e há apenas um novo projeto financiado aprovado, todos os restantes transitam de anos anteriores. Este orçamento deixa o concelho de Mondim de Basto parado no caminho. Uma vez mais verificamos que em todo o documento não há uma única referência à futura ligação a variante do Tâmega. Uma obra desta importância para o concelho merece um planeamento estratégico para que o seu potencial seja maximizado em proveito do desenvolvimento do concelho. Se este acesso permitirá promover e atrair investimento privado para o concelho, é prioritário oferecer condições de instalação a esse investimento. As obras de reabilitação da Escola Secundária ainda não começaram e este é já o terceiro orçamento onde o investimento é contabilizado e considerado. Continuamos sem uma solução para o mercado municipal, para a dinamização e alargamento da zona industrial ou para a construção de uma nova. À nossa proposta de redução de impostos o Partido Socialista responde com mais um aumento dos impostos diretos. Assistimos uma vez mais a uma previsão de exercício municipal de pura gestão corrente, incapaz de inovar ou dinamizar o concelho. A relevância da qualidade do caminho passa para segundo plano quando estamos parados e é assim infelizmente que o concelho está com este executivo socialista. O PSD, consciente dos desafios do presente e do futuro contesta a incapacidade de respostas patentes neste momento e vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento». -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para fazer a declaração de voto do CDS-PP que se transcreve: «Votamos contra a proposta deste orçamento aqui apresentada porque é um orçamento que não vai encontro das verdadeiras necessidades dos Mondinenses, porque continua a adiar uma aposta séria e clara no desenvolvimento sustentável do nosso concelho. Este executivo, aquando da sua chegada em 2009, nesta mesma quadra festiva, apresentava-se aos mondinenses com uma árvore de natal formada por sapatos e foi objeto de falta de liquidez na sua tesouraria. Hoje, passados 9 anos, apresenta-se aos mondinenses com um carro de luxo topo de gama para suas excelências passearem. O que vão fazer com o Volvo? Será que vão fazer dupla com o autocarro estacionado na zona industrial? Há 9 anos apresentavam-se com vitelas servidas em plena Praça do Município. Hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

compram viaturas do camião do leite, já com alguns milhares de quilómetros, ao que apuramos avariado. Precisamente há nove anos prometiam restaurar e revitalizar a famosa casa da igreja e passados 9 anos o que conseguiram fazer foi apenas e só uma proposta de alienação da mesma casa da igreja e a filiação dos seus jardins à Associação de Jardins Históricos de Portugal. Hoje compra um lote na zona industrial não sabendo ao certo o fim a que se destina. O somatório destes três exemplos de má gestão orçamental tem um valor que ascende os 100.000 Euros. Afinal há dinheiro! Há 9 anos recebia uma obra feita de vários milhões de euros e faltavam apenas poucas centenas para pôr em funcionamento a ETA de Suídnos. Teríamos um bem básico - água - para dar e vender ao nosso concelho e concelhos vizinhos. Passados 9 anos, a mesma foi objeto de abertura do telejornal em horário nobre pelos piores motivos, desleixo puro deste executivo. O que fazem então para compensar passados 9 anos? Poluição visual: dois contentores no sopé do ex-libris de Mondim de Basto. Neste mesmo sopé, há 9 anos herdaram uma Casa de Produtos Tradicionais que hoje não é mais nem menos do que uma mera arrecadação, um estaleiro. Há 9 anos apresentavam-se aos mondinenses com uma aposta clara no turismo de natureza, restaurando a antiga casa florestal de Sobreira, colocando-a à disposição dos praticantes de desporto, Nove anos depois surge o Salto da Graça que mais parece o salto para a desgraça. Há 9 anos a aposta era clara deste executivo levar as Fiskas de Ermelo a Património Natural da Humanidade. Hoje, passados 9 anos, as Fiskas de Ermelo têm a casa do Fojo ao abandono e à sua sorte mas presentearam os mondinenses e os nossos turistas com um simples miradouro. Há 9 anos, apresentavam obras no centro da vila de Mondim alargando os passeios, passeios esses alguns com mais de 3 metros de largura, por consequência estreitando a circulação do trânsito. Hoje apresentam uma rede periurbana de passeios com mais de 4600 metros lineares e os mesmos têm medidas aleatórias, em certos sítios com apenas 50 centímetros de largura, outros com um metro e outros com passeios com sérias carências para qualquer deficiente que queira circular com uma cadeira de rodas. Há 9 anos havia um mercado municipal que tinha a sua atividade comercial que hoje serve apenas e só de arrecadação de máquinas e oficinas. Em troca hoje temos um Mercadinho que até o nome vem a propósito - mercadinho é diminutivo de mercado, à imagem deste executivo, com o custo de mais de 100.000 Euros. Trata-se, a nosso ver,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de uma má gestão e péssimos investimentos, investimentos esses refletidos na incapacidade de atrair novos projetos para revitalizar a economia local nos vários setores, senão vejamos: os CTT fechados, os bancos a encerrar, a abrir um determinado dia da semana e a ponderar fechar de vez, o Tribunal em gestão, o comércio tradicional cada vez mais a encerrar portas e as empresas não se instalam no nosso concelho por falta de condições e perspectivas de futuro negócios. O setor do ensino nem se fala. Tudo isto leva à diminuição da população e à desertificação de pessoas, bens e serviços. Deserto é este orçamento que cresce na despesa com pessoal, que já ascende os 3.000.000 Euros, quando o investimento tem apenas a previsão 1.900.000 Euros. Este orçamento é um copy paste do anterior orçamento, não trás nem acrescenta nada de novo. É mais do mesmo. Não foram suficientes e capazes de aproveitar os projetos e propostas por nós apresentados. Continuamos no bom caminho, no salto para a desgraça. Bem-haja a obra do século, que nos traga tudo isto, que seja bem-vinda. Por este e outros motivos votamos contra a aprovação deste projeto». -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para fazer a defesa da honra e escolheu duas questões. O senhor deputado Torcato de Moura fez aqui insinuações e transformou isto num circo. Falou na questão dos passeios: sabe como é que foi feita a votação em reunião de Câmara dos passeios? Os senhores passaram o tempo a chamar pelo diabo porque não vinham as obras. Agora vêm as obras qual é o segundo argumento? Põe-se defeitos nas obras. Acha que o senhor deputado Torcato foi longe demais com considerações do carro de luxo. Acha isso lamentável. Toda a gente aqui sabe quanto é que o carro custou, custou metade do outro que tinha 15 anos. Sobre os passeios, não pode deixar passar em claro: no dia 8 de março deste ano o projeto dos passeios foi à reunião de Câmara e a votação foi por unanimidade, incluindo o vosso vereador, que não é o que está aqui e o senhor Vereador Fernando Gomes não vai defender a honra porque não estava, foi o Vereador Arquiteto Idalécio. Portanto os senhores virem aqui falar de um projeto, porem defeitos, num projeto que foi votado por vocês a favor, demonstra bem e destrói tudo aquilo que o senhor disse ali. Referiu que o CDS fala muito de futuro e apresentou uma proposta para o orçamento, em não sei quantas páginas, num valor em que paramos pois já íamos nos 20.000.000 Euros. A perspectiva do futuro do vosso partido é construção de capelas mortuárias através da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aplicação de parte da receita do IMI, ou seja, com todo o respeito que tem pela necessidade das capelas mortuárias, o vosso grande projeto para o futuro é construir capelas mortuárias com uma receita do IMI. -----

O senhor **Vereador Fernando Gomes** pediu autorização para usar da palavra. -----

O senhor Presidente da Assembleia referiu que o senhor Vereador já conhecia as regras e que representa a Câmara e não a Assembleia. O regimento da Assembleia diz que os vereadores falam com autorização do Presidente da Câmara ou da Assembleia Municipal. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra pra fazer a defesa da honra, justificando que de facto não estava na reunião de Câmara pra votar mas acredita que o Vereador do CDS-PP na Câmara votou favoravelmente mas há uma justificação. Nós somos a favor dos passeios, só achamos que eles não cumprem a lei. A fazer as obras, faça-as conforme fez na vila, por exemplo. -----

2.4- Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2019 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o município, mesmo tendo aplicado a taxa mínima, tem visto esta receita a aumentar nos últimos anos. Também por isso tinha margem para aplicar a medida do IMI familiar, tal como o PSD sugeriu e como já fizeram a maioria dos municípios. O PSD é a favor da manutenção da taxa mínima mas não podem deixar de manifestar a sua discordância pela não aplicação da medida do IMI familiar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2019**, que foi aprovada por unanimidade. -----

2.5- Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2019 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o PSD apresentou em reunião com o executivo, durante a auscultação para a preparação do orçamento municipal, uma proposta para baixar a taxa de IRS, embora não tivessem colocado uma fasquia específica, mas tendo em consideração que a receita deste imposto tem aumentado nos últimos anos. O executivo não aceitou a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

proposta e manteve a taxa no valor máximo. A melhoria da condição financeira do município tem que se ver refletida na carga fiscal dos seus habitantes e na capacidade do município em incentivar e atrair a fixação no desenvolvimento do concelho. Têm a consciência que não será certamente só com esta medida que se irá inverter este ciclo de desertificação mas é um conjunto de medidas que poderá ajudar a essa mesma fixação. Portanto foi isso que inclusive fizeram referência durante a apresentação e por isso não colocaram também um teto máximo mas a partir do momento em que esta receita tem aumentado, na opinião do PSD o município tinha aqui uma margem para reduzir este imposto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não sabe onde é que o senhor deputado Bruno Ferreira foi buscar que o município está no processo de melhoria da situação financeira e que tem margem. Não tem margem. O senhor deputado acha que se deve diminuir a receita, o IMI, o IRS e depois aumentar a despesa. Por isso agora todos percebem porque é que o senhor deputado foi conivente com uma gestão em 2009 que resultou numa dívida de 20.000.000 Euros. O senhor deputado acha que é possível reduzir a receita e aumentar a despesa mas isso só tem um resultado: o orçamento tem que ser feito equilibrando receita com a despesa e o equilíbrio. O que pode dizer é que a Câmara obrigou-se em 2010 em maximizar a receita. Como fizemos uma boa gestão financeira nós neste momento estamos em condições, por exemplo, de reduzir o IMI para a taxa mínima para todos os proprietários. Não temos é margem para reduzir mais receita porque se reduzirmos mais receita temos que tirar o equivalente do lado da despesa. Portanto a Câmara tem as contas equilibradas, apesar da situação financeira se manter, como é do conhecimento das pessoas, mas não tem margem para reduzir sob pena de deixar de fazer algumas atividades. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara tem uma obsessão em falar do período anterior a 2009 mas queria relembrar-lhe que tem mais responsabilidade do que o próprio nessa matéria porque o senhor Presidente foi vereador da oposição e o deputado não foi. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2019** que foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. -----

2.6- **Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2019** -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2019**, que foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções. -----

2.7- **Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia do Bilhó, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro aditamento** -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para colocar relativamente a este ponto a questão ao senhor Presidente da Câmara relativamente à data em que foram assinados os contratos interadministrativos e que na próxima Assembleia se pudessem ser entregues as cópias dos mesmos agradeciam. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o senhor Presidente da Câmara tinha as datas presentes. Como a resposta foi negativa, o senhor Presidente da Mesa referiu que a resposta seria dada na próxima Assembleia. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que a sua intervenção acaba por dizer respeito aos dois pontos seguintes também. Não deixa de ser curioso que as mesmas condicionantes tenham afetado em proporção idêntica o cumprimento estipulado no protocolo das três freguesias e aí abordar os três pontos nesta intervenção. Esta proposta vem realçar dois aspetos: o primeiro prende-se com uma questão que colocou aquando da votação destes protocolos sobre o alargamento da vigência do protocolo pois as limpezas continuarão a ser necessárias nos anos seguintes; outros aspeto, e este é fatual, é que da informação que é fornecida efetivamente as limpezas não foram feitas e no período crítico. Felizmente, não fomos fustigados por qualquer catástrofe, caso contrário teriam que ser assumidas responsabilidades. Deixou a questão ao senhor Presidente da Câmara se o município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pode, de alguma forma, neste período, fazer um acompanhamento, o que é que falhou, se foi além do que está identificado na proposta, se foi por falta de verba atribuída para a limpeza, se foi o valor suficiente para a contratação inclusive de mais meios para se cumprir o prazo. -----

O senhor **Presidente da Câmara** deu o uso da palavra ao senhor **Vereador Paulo Mota** que referiu que no caso destes contratos não se coloca a questão do perigo de incendio porque não se está a falar da limpeza de faixas de combustíveis. Foram feitos dois tipos de contratos durante o ano anterior. O que se está aqui a falar é da limpeza de bermas e valetas. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia do Bilhó, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro aditamento**, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

2-8- Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro aditamento -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro aditamento**, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

2-9- Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro aditamento -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais – primeiro**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aditamento, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para fazer a declaração de voto da bancada do CDS-PP que se prende exatamente com a falta de informação relativamente à questão da data da assinatura dos contratos que suscita dúvidas, pelo que propõe que na próxima Assembleia municipal seja um novo ponto da ordem de trabalhos. -----

2.10- Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer que, se bem se recordam, este assunto já veio aqui no mês de abril. A Assembleia aprovou mas entretanto alguém juridicamente contestou as adesões. As câmaras municipais são quem gerem os dinheiros, pagam as despesas e as cotas, e se a Câmara Municipal não aprovar uma verba é evidente que a nossa adesão seria nula. Foi necessário remeter de novo para a Câmara Municipal para aprovar esta adesão e assim garantir que os 1000 Euros, pelo menos isso, pudessem ser cobertos pelo município. A Câmara Municipal aprovou, com um voto contra, esta adesão. Agora peço-vos a vossa opinião se concordam ou não que devemos manter a adesão à ANAM. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que de facto o CDS-PP votou a favor esta adesão em abril mas entretanto fizeram uma breve pesquisa, até porque esta associação foi tema de debate em alguns encontros políticos em que estiveram presentes, e neste momento têm algumas dúvidas relativamente à ausência de informação sobre esta associação e não existem conclusões dos congressos que foram feitos. Numa altura em que este município alega que não tem dinheiro, 1000 Euros é dinheiro suficiente para ter que se justificar uma duplicação de órgãos porque já existe um órgão para as assembleias municipais. Gostava que o senhor Presidente da Assembleia lhes pudesse dar informação que eventualmente possa ter o voto do CDS-PP a favor. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer que foi convidado há cerca de dois anos, via e-mail, a integrar esta associação e disse que sim informalmente e a nível pessoal. De facto a ANAM só existe desde maio, os órgãos desta associação foram eleitos no primeiro congresso em que estive presente. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

evidente que neste momento haverá algumas dúvidas mas os objetivos que foram presentes diziam respeito à Assembleia e aos interesses dela. Neste momento não pode dizer que esta associação é útil. Pelos objetivos que foram enunciados no congresso julga que ela poderia ter utilidade e a nossa participação seria útil. Mas esta associação tem o valor que lhe queiramos dar. Eu disse-vos aqui que em qualquer momento, se verificássemos que não tinha interesse em estar lá sairíamos. Não há nenhuma vinculação. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que grande parte dos presentes ouviu falar nessa associação e nos seus propósitos através do senhor Presidente da Assembleia e vê-o agora um pouco reticente relativamente à nossa adesão à ANAM. Perguntou-lhe se a sua decisão se manteria até porque merece da parte dos deputados um voto de confiança pela forma aberta como explicou tudo o que aconteceu naquele congresso. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a sua opinião sobre a associação era a mesma e que estava convicto dos seus propósitos. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para colocar outra questão que é: além dos 1000 Euros, a Câmara Municipal terá que suportar as despesas de deslocação, hotéis, refeições, cada vez que um membro se desloque para participar numa dessas assembleias? -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a Câmara Municipal pagou a sua deslocação mas esclareceu que os congressos serão de dois em dois anos, podendo ser ele ou qualquer um dos membros da Assembleia. O congresso foi em Mafra. Se o Presidente da Assembleia vai em representação da Assembleia Municipal é lógico que a deslocação seja assegurada pelo município. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que sabia que estas despesas têm que ser suportadas até porque ninguém é obrigado a fazê-lo de ânimo leve a não ser que se tenha muito amor à camisola. Mas é uma questão de contabilizar os 1000 Euros + x + y e que ao fim podem ser 2000 ou 3000 Euros. E quando há dúvidas é melhor perguntar para que não fiquem perguntas por colocar que influenciem o sentido de voto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para fazer a declaração de voto do CDS-PP com a mudança da direção de voto na abstenção que segue justamente nas dúvidas que se levantaram e que não estão esclarecidas e as quais gostariam de ver aprofundadas numa próxima Assembleia Municipal. -----

2.11- Informação sobre a situação económica e financeira do município reportada a 30 de junho de 2018 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara gosta da falar de boas contas mas as boas contas não se podem resumir ao cumprir do pagamento dos empréstimos. E uma vez mais este relatório realça a má gestão deste executivo. Ao fim de nove anos à frente do executivo, o senhor Presidente ainda não sabe qual é o património do município. Para melhor exemplificar a situação, é como um gestor de uma empresa não saber o que tem na sua sede ou no armazém, ou um proprietário de um restaurante não saber o que tem na despensa. A Lei 75/2013 que estabelece o regime jurídico das autarquias locais refere no seu artigo 35º que são competências do Presidente da Câmara Municipal “elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município”. Até à data, o senhor Presidente não tem cumprido a Lei e não tem sido competente nesta matéria. A inexistência de inventário retira o rigor da informação económica e financeira do município que nos é apresentada nesta informação. Os quadros de estrutura de balanços e demonstrações de resultados não são comprovadamente rigorosos. Questionou o senhor Presidente como consegue comprovar o imobilizado líquido, apresentado neste documento, sem ter o inventário realizado. Considera que o rigor das contas públicas deve ser encarado como uma prioridade e esta situação já se arrastou por tempo demasiado. Em 2019, e com a entrada em vigor do sistema de normalização contabilística para administrações públicas, o inventário assume ainda mais impacto e relevância nas contas dos municípios e na transparência do exercício das funções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

públicas. Como define também o regime jurídico das autarquias locais, compete à Assembleia Municipal “apreciar o inventário os bens, direitos e obrigações, bens patrimoniais e a respetiva avaliação”. Terminou dizendo que iria solicitar através do senhor Presidente da Assembleia Municipal toda a informação disponível a este respeito. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o senhor deputado Bruno Ferreira está particularmente agressivo, lançando insinuações sobre a boa gestão e o rigor das contas. A única informação que estava em falta era a rede viária mas que já está concluída. Aquilo que o senhor deputado disse não altera nada a gestão financeira da Câmara nem põe em causa o brio, o rigor e a competência na gestão das contas da Câmara. O problema está sanado. Demorou algum tempo porque o serviço da Câmara tem muitos problemas para resolver em simultâneo, não foi possível resolver mais cedo, mas isso não altera nada o rigor das contas. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que estão a analisar um documento que lhes foi entregue e que diz explicitamente que o inventário não foi realizado. A verdade é que ao fim de nove anos de executivo, o município não tinha o inventário realizado. Isto é a constatação de um facto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para ler a conclusão do documento: “Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a presente informação sobre a situação económica e financeira não apresente de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição final financeira do município em 30 de junho de 2018 e o seu desempenho financeiro relativo ao período de seis meses findo naquela data de acordo com o plano oficial de contabilidade das autarquias locais”. Só o senhor deputado é que tirou essa conclusão porque o revisor oficial de contas concluiu exatamente o contrário do que o senhor disse. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para solicitar ao senhor Presidente que afirme perante esta Assembleia se à data do relatório o município tinha o inventário concluído ou não. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado** tomar conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira do município reportada a 30 de junho de 2018. -----

2.12- Informação – Homologação da conta relativa ao exercício de 2014 – acatamento das recomendações do Tribunal de Contas -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que na sequência do ponto anterior, o município aqui assume que não tem o processo concluído e que se vai empenhar e fazer o inventário. Isto só vem dar resposta ao ponto anterior. -----

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado** tomar conhecimento da Informação – Homologação da conta relativa ao exercício de 2014 – acatamento das recomendações do Tribunal de Contas. -----

2.13- Alerta precoce de desvios – nº 1 do art. 56º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro – Informação relativa ao ano de 2017 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que ao confirmar os dados que estão nesse alerta, estamos perante um ato de má gestão. É que o município gastou em 2017, curiosamente ano eleitoral, acima do limite legal. Portanto questionou o senhor Presidente se o município deu os dados apresentados como corretos ou se remeteu para a DGAL alguma contestação. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que a questão não tem nada a ver com o que o senhor deputado acabou de dizer. O que a Câmara tem é um valor de dívida total superior à média da receita corrente. A Câmara já está abaixo do endividamento legal. A DGAL, sempre que a dívida total está acima da média da receita corrente nos últimos três anos avisa as câmaras. E um ano destes vai deixar de estar porque a dívida está a diminuir. O que o senhor fez foi um erro e está muito mal informado. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que quando confrontado com dados o senhor Presidente parte logo para o insulto. Perguntou se o alerta diz ou não que o município em 2017 tem despesa acima do limite legal? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder que não diz. Diz apenas que o valor da dívida está ainda superior ao valor da média de receitas correntes. Referiu que se o senhor deputado quiser fazer a pergunta por escrito terá a resposta elaborada pelos serviços. -----

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento do Alerta precoce de desvios – nº 1 do art. 56º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro – Informação relativa ao ano de 2017.** -----

2.14- Informação do Executivo -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.15- Intervenção do Público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 22 de fevereiro de 2019, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----



Museu Municipal foi inaugurado



O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Eng.º Rui Pedro Barreiro, inaugurou no passado dia 30 de Outubro, o Museu Municipal de Mondim de Basto, numa cerimónia marcada pela participação animada de grupos etnográficos do concelho e do trabalho ao vivo, de artesãos que manuseiam o linho, a tamancaria e a cestaria.

Trata-se de uma infra-estrutura composta por um conjunto de três edifícios que foram sendo construídos ao longo do século XX para realizar diversas tarefas agrícolas e que a autarquia se empenhou em preservar como meio de promoção da história e da memória colectiva desta região.

Como explicou o Presidente da Câmara, Humberto Cerqueira, "este museu reúne um interessante espólio geológico, arqueológico e etnográfico do concelho e da região, que reflecte a vontade clara de colaborarmos no estudo e defesa do nosso Património Cultural e Natural".

Durante esta sessão, o presidente da autarquia apelou também aos esforços do Secretário de Estado, Rui Barreiro, no sentido de ver aprovadas as candidaturas apresentadas para constituição de duas equipas de sapadores florestais, que serão indispensáveis para

*visto
junte-se à
ata dest. municipal.
30/11/2018
[assinatura]*

preservar os recursos naturais de que o concelho é detentor. A questão das Casas Florestais, que neste momento se encontram na posse do Estado, também mereceu a atenção dos dois responsáveis, que acordaram empenhar-se no processo de restituição às entidades locais.



Visivelmente satisfeito com a visita a Mondim de Basto, o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, destacou este museu rural como um exemplo do aproveitamento de recursos, que deve ser seguido e manifestou disponibilidade para colaborar com a autarquia no desenvolvimento dos seus projectos.

A partir desta data, os mondinenses e visitantes dispõem de um novo serviço educativo, visitas guiadas ao museu e ao património do concelho e balcão de venda de publicações.



Visto -
Junta-se a esta
desta Turma.
30/11/2018
[Signature]











